

## O centenário de Paulo Freire e os preparativos da CONAPE 2022

Neste seu primeiro número de 2021, a *Retratos da Escola* destaca mais uma vez a essencial participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE nas atividades do cotidiano educacional brasileiro. Reafirmando sua plataforma comum nas lutas pela educação, a CNTE, junto da Internacional da Educação para a América Latina – IEAL, e da Rede Latino Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente – REDESTRADO, anunciaram a organização da *Jornada Latino Americana de luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e emancipadora, contra a mercantilização e privatização da educação: rumo ao centenário de nascimento de Paulo Freire*. Dentre outros objetivos, o evento comemora o centenário do nascimento de Paulo Freire, nosso ilustre e muito querido patrono da educação. Assim como outras homenagens previstas para este ano, esta jornada também se dedicará a recordar, manter vivo e disseminar seu legado. É sempre muito oportuno recordar que Freire, conhecido e respeitado no mundo todo, foi sempre defensor ferrenho da educação como ato político e, portanto, um direito social inalienável. Não há dúvidas de que, ainda hoje, sua obra inspira e orienta os educadores e educadoras brasileiros na luta por uma educação pública, laica, gratuita, popular e de qualidade social para todas e todos.

Outra boa notícia é a divulgação da segunda Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE, sob o mote *Educação para todos/las se constrói com democracia e participação social: sob o legado de Paulo Freire nenhum direito a menos*”. De organização do Fórum Nacional Popular de Educação – FNPE, esta conferência constitui-se num movimento já iniciado pelas suas etapas preparatórias (conferências municipais, regionais, livres), que deverão culminar com conferências estaduais/distrital até o final deste ano de 2021. A etapa nacional está prevista para o primeiro semestre de 2022, entre os dias 10, 11 e 12 de junho, em Natal - RN. O lançamento deste movimento foi realizado na Comissão de Educação da Câmara Federal, em nove de abril.

O objetivo da CONAPE é mobilizar todos os setores e segmentos da educação nacional dedicados à defesa do Estado democrático de direito, da Constituição Federal de 1988, do Plano Nacional de Educação e de um projeto de Estado que garanta educação pública para todas e todos, enfrentando os retrocessos nas políticas sociais em andamento. Afinal,

como nos recorda Nelson Cardoso de Amaral (2021), colaborador incansável dessa revista, passamos por um período no qual as inúmeras propostas de emendas à Constituição, ao imporem um “sufocamento” financeiro às áreas da educação, saúde, cultura, gestão ambiental e ciência e tecnologia, têm indizado um verdadeiro processo de destruição de setores especialmente sensíveis ao futuro do país.

Além disso, o negacionismo que se alastra em cenário nacional é uma preocupação que não pode deixar de ser pautada por nós, educadores e educadoras. Vivemos neste momento o risco de reabertura irrestrita das escolas e o retorno das aulas presenciais, suspensas há mais de um ano por conta da corrente pandemia. Espaço de desenvolvimento da cidadania, as escolas, infelizmente, hoje não são lugares seguros. Como nos alerta Leher (2021), é preciso resistir à crença que se espalha de que as crianças não figurariam como vetores virais e que, portanto, professores e professoras estariam menos predispostos a contrair a doença quando comparados a outros profissionais. Não é possível defender a reabertura das escolas sem que antes ocorra a vacinação dos professores, professoras, funcionários e funcionárias que ali atuam, tampouco sem que os devidos cuidados sanitários sejam devidamente observados no espaço escolar. Vale lembrar que o Brasil é hoje o país com o segundo maior número de óbitos por COVID-19, atrás apenas dos Estados Unidos, ocupando também o terceiro lugar global quanto ao número de casos confirmados.

Igualmente preocupante é a falta de auxílio econômico emergencial significativo para a população carente, em consequência da política neoliberal levada a efeito por meio de ações, tais como a EC-95, as PECs 186, 188, 32, que inviabilizam, em grande parte, a dimensão social da Constituição nacional, justamente num momento em que milhões de brasileiros e brasileiras enfrentam as já tão pesadas consequências dessa pandemia. Após conceder, no ano passado, às pessoas mais afetadas pela pandemia um auxílio financeiro de 600 reais mensais – que posteriormente foi reduzido à 300 reais – este pagamento, tão necessário à sobrevivência de milhões, foi finalmente retomado em 2021, contudo, sob o inadequado valor médio de 250 reais. Tal como declarou recentemente Gilson Rodrigues, presidente da G10 Favelas, organização voltada a apoiar cerca de 14 milhões de brasileiros e brasileiras que moram em favelas, “nós estamos vivendo um Brasil de fome!”.

Além desse cenário, por si já alarmante, outras questões também assolam o campo educacional atualmente. Para além daquelas que, à essa altura já parecem velhos fantasmas – como a crescente militarização de escolas e o obscurantismo alimentado pelo discurso antigênero, ambos temas amplamente discutidos nesta revista –, durante o atual governo, novas medidas que interferem diretamente na qualidade da educação ofertada no país parecem nunca cessar. Tal como é o caso da recente aprovação pela Câmara dos Deputados do texto base do PL 5595/2020, que trata do enquadramento do ensino básico e superior como atividade essencial. Este projeto, entre outras medidas, proíbe a suspensão de aulas presenciais durante a pandemia. Resta a esperança de que o Senado não

endoce tal disparate. Outra preocupação tem sido a priorização do Governo em encaminhar a discussão, no Congresso Nacional, da regulamentação e descriminalização do ensino domiciliar, também conhecido como *homeschooling*. Questão esta diretamente relacionada à desconsideração e o ataque à escola pública, bem como a seus profissionais. Tudo isto em paralelo ao esforço hercúlio da Presidência da República para legalizar o indiscriminado acesso às armas!

O embate entre ciência e obscurantismo, já evidenciado nos últimos anos por projetos educacionais apresentados e defendidos pelo movimento *Escola sem Partido*, evidenciou-se de forma mais contundente no combate à COVID-19. O potencial brasileiro, no campo científico e tecnológico, para a construção de um país melhor é destruído no dia a dia, ao invés de ser incentivado. Uma recente reportagem publicada por uma das revistas científicas mais prestigiadas do mundo, revela a preocupação da comunidade científica internacional em relação ao nosso país, ao relatar dificuldades que pesquisadores brasileiros enfrentam, por encontrarem um ambiente hostil à publicação de estudos que revelam realidades incômodas à política nacional governamental (Jornal da SBPC, 2021). A demissão do presidente do INPE por revelar o fracasso das ações contra o desmatamento da Amazônia, que interfere sobejamente na questão do aquecimento global, é um exemplo do que estamos ilustrando. Recentemente também o epidemiologista e professor Pedro Hallal, que coordena uma pesquisa sobre a COVID-19 na Universidade Federal de Pelotas, foi ameaçado de demissão por ter criticado o Presidente. Sendo forçado a assinar documento pelo qual se comprometia a não mais explicitar críticas ao chefe do Executivo no interior da universidade. Por estas e outras questões a *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC* prepara um dossiê para denunciar os ataques e ameaças sofridos por cientistas brasileiros.

A *Retratos da Escola* alinha-se aos periódicos nacionais, aos movimentos sociais e entidades que se colocam hoje na resistência e na luta pela democracia, em seu mais amplo sentido, mas, principalmente, pelo direito inalienável da população brasileira à educação gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social, com gestão pública, desde a educação infantil até a pós-graduação, uma democracia que vem sendo posta em xeque desde 2014, quando deflagrou-se o pacto que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Tivemos, a partir de então, a assunção de Michel Temer à presidência, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e, em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro. Registre-se ainda que de 2014 a fevereiro deste ano, 2021, esteve em atividade a *Operação Lava Jato* que, sob o pretexto de combater a corrupção, utilizou-se de meios não compatíveis com o Estado democrático e de direito.

O governo Temer trouxe a implantação de um novo regime fiscal via aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que congelou as despesas primárias por vinte anos, gerando consequências particularmente danosas à manutenção dos principais direitos sociais, como educação e saúde. Deu-se, a partir de então, início à discussão da reforma

da Previdência, que se concretizou no ano de 2019; implantação de reformas no setor trabalhista em detrimento de direitos adquiridos pelos trabalhadores e trabalhadoras; privatizações deletérias ao país, dentre as quais o esvaziamento da Petrobras; reformas (ou contrarreformas) educacionais à revelia de princípios e bases que vinham sendo construídos pela comunidade educacional ao longo de décadas, tais como as reformas curriculares da Educação Básica e da formação docente no país. A eleição de Bolsonaro, por sua vez, tornou ainda mais evidente que o principal objetivo do golpe de 2016 foi, efetivamente, desconstruir e desfazer o projeto de país que vinha sendo delineado pela Constituição Federal de 1988 (AMARAL, 2021; MIRANDA, 2020).

Diante de tantas adversidades, não cabe o silêncio nem a renúncia a nossos ideais. Por isso, a *Retratos da Escola* pretende continuar contribuindo e dando voz aos educadores e educadoras em suas lutas.

Abrimos este número com o ensaio “*O que a educação pública no Brasil pode esperar do FUNDEB?*”, de autoria do professor João Antônio Cabral Monlevade, conhecido por muitos e muitas de nós pela sua grande e valiosa participação tanto nas lutas sindicais do país quanto na Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Por meio dele, Monlevade não apenas remonta à história do financiamento da educação brasileira, como revela as principais contribuições do Fundeb. Destacamos a importância de sua análise para uma melhor compreensão do processo que buscou institucionalizar esse fundo como política de financiamento permanente. Um sofrido processo, marcado pela desfiguração do projeto acordado com os educadores e educadoras quando da sua discussão na Câmara dos Deputados, mas que, felizmente, foi recuperado pelo Senado.

Temos ciência do quanto determinados coletivos de educadores e educadoras brasileiros trabalharam durante o ano de 2020 pela aprovação da proposta de emenda à Constituição que tornou o Fundeb uma política permanente. Principal mecanismo de financiamento da Educação Básica no país, o Fundeb, em sua versão anterior à nova regulamentação, havia expirado em dezembro de 2020. Ao lado da *Campanha Nacional pelo Direito à Educação* e da *Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca*, a CNTE esteve firme em defesa da educação pública e das/dos profissionais da educação, mobilizando, desde 2019, as entidades filiadas nos estados e municípios do país, à luta pela aprovação da PEC 15/2015.

Em seguida, na seção entrevista, trazemos uma conversa com Marise Nogueira Ramos, uma das mais conhecidas pesquisadoras do campo da educação profissional técnica e tecnológica no país. Vale muito a pena ler essa conversa na qual a professora Marise apresenta sua história de vida, marcada pelo seu processo formativo, experiências familiares e identificações ideológicas. Esta entrevista é a porta de entrada ao dossiê desta edição, *Políticas de formação docente: desafios à Educação Profissional*, organizado por Sandra Terezinha Urbanetz, Joana Paulin Romanowski e Jacir Mario Tedesco Filho.

Como destacam seus organizadores, a educação profissional institucionalizada – ofertada tanto em escolas públicas e privadas como em organizações vinculadas ao mundo do trabalho –, por ser um campo com desafios tão específicos, requer exame, pesquisa e reflexão permanente. Ao eleger este como o assunto central de um dossiê, o que se objetivou foi apresentar aos estudiosos/as e pesquisadores/as da temática, subsídios e reflexões que possibilitem o aprofundamento das principais discussões em voga, referentes a área. Além de uma apresentação escrita por seus organizadores, este dossiê conta com outros seis artigos que dão conta de diversos conteúdos que desafiam as políticas de formação docente para a modalidade de ensino profissional e tecnológico.

Vale destacar ainda que esse é um tema que traz à tona a questão da formação docente, justamente em um momento em que busca-se combater a Resolução 02/2019, que trata das novas Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Formação dos Professores da Educação Básica, uma medida que revogou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Resolução CNE/CP nº. 2/2015), trazendo significativos retrocessos à formação docente no país (LINO, 2020).

Comtemplando ainda tal temática, trazemos a resenha de *Olhares e desafios da formação docente e da Educação profissional e tecnológica: pesquisas em foco*, obra publicada em 2018 a partir do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Homem, o Trabalho e a Educação Profissional – Panecástica, sediado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Câmpus Anápolis).

Nesta edição, a seção Espaço Aberto conta com três artigos. O primeiro deles, *Desenho universal para aprendizagem na EB: o que dizem as produções científicas*, de autoria de Danielly Raquel da Silva Pereira e Munique Massaro, analisa a aplicabilidade do Desenho Universal para a Aprendizagem na Educação Básica brasileira. O segundo, *A catarse na formação continuada: por uma construção coletiva dos saberes docentes*, de Susi Couto Koche e Maria Selma Grosch, reflete como a formação continuada pode contribuir na construção coletiva de saberes docentes das professoras de Educação Infantil, por meio de estudo realizado na rede municipal de ensino da cidade de Lages, em Santa Catarina. E o terceiro, *Educação física na educação infantil: normativos e o trabalho docente*, de Luana Zanotto, busca compreender como um conjunto de documentos oficiais participa da prática pedagógica de professores de Educação Física na Educação Infantil.

A seção Relato de Experiência, para nossa alegria, vem recebendo cada vez mais textos indicativos de práticas que se constituem em ajudas substanciais para o trabalho dos professores e professoras do cotidiano escolar. Nesta edição, compartilhamos quatro dessas experiências. A primeira nos foi enviada por Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva, e intitula-se *Eu, homem e educador de crianças pequenas: aprendizagem dialógica na docência na Educação Infantil*. Amauri Araujo Antunes, por sua vez, nos brinda com a análise *Gincana sem sentido: inclusão, competição e empatia no ambiente escolar*. Já Fernanda Cristina Foss de

Zorzi e Jaqueline Copetti relatam acerca de uma *Abordagem formativa sobre doenças transmissíveis: três momentos pedagógicos*. Ao passo que Francisco Espedito Diniz, Clécio Danilo Dias-da-Silva, Ayla Márcia Cordeiro Bizerra e Daniele Bezerra dos Santos contam para os nossos leitores e leitoras sua experiência a respeito de *A abordagem dos três momentos pedagógicos: aplicação no estudo de funções orgânicas e meio ambiente*.

Antes de concluirmos esse editorial, cabe-nos ainda agradecer ao trabalho de todos os colaboradores/as e apoiadores/as da *Retratos da Escola*, bem como desejar a todos e todas uma ótima leitura!

Comitê Editorial

## Referências

AGUIAR, Marcia Angela S. Rumo a 2021, um novo ano de lutas! Entrevista com Heleno Araújo, Nalú Farenzena e Lucília Augusta Lino. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 607-616, set./dez. 2020.

AMARAL, Nelson Cardoso. Future-se: uma obsessão governamental contra a autonomia universitária? *Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 640-654, set./dez. 2020.

LEHER, Roberto. Prezadxs, após a postagem do secretário de educação da cidade do Rio de Janeiro, publiquei a... Colemarx, Facebook, 06 de abril de 2021.

MIRANDA, Marília Gouvea de. Em que se sustenta a educação dos terraplanistas e criacionistas? *Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 688-699, set./dez. 2020.